

Juros da dívida pública já engolem 5,91% do PIB

Mônica Izaguirre
de Brasília

As contas do setor público voltaram a deteriorar-se em abril, sem perspectiva de melhora no curto prazo. No seu conceito mais amplo (nominal), o déficit acumulado em 12 meses atingiu 6,72% do PIB (R\$ 60,47 bilhões), mais alto desde novembro de 1996. Em março, estava em 6,5% do PIB.

O principal fator de aumento do buraco nas contas foram os gastos com juros sobre dívida. No acumulado em 12 meses, essas despesas totalizaram 5,91% do PIB ou R\$ 53,17 bilhões até abril, ante os 5,7% do PIB até o mês anterior.

Os números foram divulgados ontem pelo Departamento Econômico do Banco Central (Depec). O resultado primário das contas públicas, que deixa de fora despesas com dívida, também deteriorou-se, mas de forma mais branda. O déficit primário acumulado em 12 meses passou de 0,8% para 0,81% do PIB de março para abril, saindo de R\$ 7,16 bilhões para R\$ 7,30 bilhões.

A ligeira deterioração do resultado primário foi provocada pelo pior desempenho dos Estados e Municípios. Isso neutralizou a melhora conseguida pelo governo federal, que gerou mais superávit primário por causa de receitas extraordinárias como as da concessão da banda B da telefonia celular.

O chefe do Depec, Altamir Lopes, reconheceu, ao anunciar os números, que, no curto prazo, não há perspectivas de redução do déficit nominal. As despesas com juros ainda refletirão por algum tempo a elevação de taxas ocorrida no final de

Contas do governo voltam a piorar: o déficit nominal acumulado em doze meses até abril atingiu 6,72% do PIB, nível mais alto desde novembro de 1996

Necessidades de financiamento do setor público

(Fluxos dos últimos 12 meses - % do PIB¹)

Período	Nominal				Juros nominais				Primário			
	Governo federal e Banco Central	Governos estaduais e municipais	Empresas estatais ⁽²⁾	Total	Governo federal e Banco Central	Governos estaduais e municipais	Empresas estatais ⁽²⁾	Total	Governo federal e Banco Central	Governos estaduais e municipais	Empresas estatais ⁽²⁾	Total
1996 Dez*	2,65	2,72	0,60	5,87	2,94	2,17	0,68	5,79	-0,38	0,55	-0,08	0,09
1997 Jan*	2,58	2,59	0,49	5,66	2,88	2,13	0,66	5,67	-0,30	0,46	-0,17	-0,01
Fev*	2,47	2,53	0,51	5,51	2,83	2,10	0,65	5,59	-0,36	0,43	-0,14	-0,07
Mar*	2,80	2,38	0,62	5,80	2,79	2,10	0,65	5,54	0,01	0,28	-0,03	0,26
Abr*	2,53	2,38	0,47	5,39	2,73	2,09	0,65	5,48	-0,20	0,28	-0,18	-0,09
Mai*	2,57	2,23	0,48	5,28	2,71	2,08	0,63	5,42	-0,14	0,16	-0,16	-0,15
Jun*	2,44	2,13	0,11	4,68	2,65	2,07	0,62	5,34	-0,21	0,06	-0,51	-0,66
Jul*	2,55	2,06	0,10	4,71	2,59	2,07	0,61	5,27	-0,04	-0,02	-0,51	-0,56
Ago*	2,24	2,06	0,08	4,39	2,55	2,07	0,60	5,22	-0,32	0,00	-0,51	-0,83
Set*	2,38	2,05	0,05	4,46	2,47	2,07	0,58	5,12	-0,11	-0,02	-0,53	-0,86
Out*	2,41	2,15	0,36	4,93	2,39	2,07	0,58	5,05	0,02	0,08	-0,22	-0,12
Nov*	2,42	2,30	0,41	5,12	2,41	2,20	0,57	5,18	0,01	0,09	-0,16	-0,06
Dez*	2,64	3,02	0,46	6,11	2,37	2,30	0,52	5,19	0,26	0,73	-0,07	0,92
1998 Jan*	2,67	3,01	0,51	6,19	2,56	2,34	0,47	5,37	0,11	0,67	0,05	0,82
Fev*	2,95	3,04	0,52	6,52	2,76	2,37	0,41	5,54	0,18	0,67	0,11	0,97
Mar*	2,89	3,09	0,53	6,50	2,96	2,38	0,37	5,70	-0,07	0,71	0,15	0,80
Abr*	3,06	3,12	0,54	6,72	3,23	2,36	0,33	5,91	-0,17	0,77	0,22	0,81

Dados preliminares. (1) Reflete a relação dos fluxos com o PIB, ambos valorizados para o último mês do período com base no IGP-DI. (2) Engloba as empresas federais, estaduais e municipais.

1997. Ao mesmo tempo, como não haverá mais volumes significativos de receitas extras como as da Banda B, não se pode esperar melhora do resultado primário antes de reformas mais profundas, como a da Previdência. "Não dá para esperar uma queda já. Mais para perto do final do ano, acredito numa recuperação", disse Altamir Lopes, contando com o efeito da queda dos juros.

Assim como o déficit nominal, a

despesa com juros no período de 12 meses terminado em abril último também foi mais alto desde novembro de 1996. Em outubro daquele ano, o déficit nominal em 12 meses atingiu 6,81% do PIB e as despesas com juros, 5,96% do PIB.

A situação revelada pelos números de abril de 1998, porém, é relativamente mais grave que aquela de outubro de 1996. Afinal, em 1996, as despesas com serviço de dívida

eram em boa parte consequência da correção monetária gerada pela inflação. Tanto que, expurgado o efeito inflacionário (conceito operacional), déficit era de 4,78% do PIB. Atualmente, o efeito da inflação é tão insignificante que o BC deixou de calcular o conceito operacional.

O forte peso dos juros no aumento do déficit é revelador do paradoxo em que se encontra o governo. Por um lado, o BC não acelera o

processo de queda das taxas sob o argumento de que o desequilíbrio das contas públicas não permite. Afinal, quanto maior a necessidade de financiamento do setor público, mais difícil a possibilidade de o mercado aceitar juros menores para rolar a dívida. Por outro lado, os juros altos realimentam o déficit e, por consequência, a dívida.

Altamir Lopes argumentou que, em parte, os gastos com juros subi-

ram porque houve aumento do endividamento e, conseqüentemente, da base de incidência com juros. Mas ele reconheceu que houve, também, um aumento de taxas para o setor público de março para abril, apesar da queda da Taxa Básica do BC. A taxa implícita no crescimento da dívida pública líquida pulou de 21,4% para 23,2% ao ano.

A dívida líquida total do setor público manteve a trajetória de crescimento em abril. O saldo atingiu, naquele mês, 36,2% do PIB ou R\$ 328,2 bilhões, ante os 36% do PIB em março. O conceito líquido de dívida leva em conta, como abatimento, por exemplo, os créditos perante o setor privado, arrecadação a recolher (impostos pagos e não repassados ainda), reservas cambiais e disponibilidades financeiras do setor público na rede bancária.

A piora do déficit nominal acumulado em 12 meses - de 6,5% para 6,72% do PIB - foi acentuada tanto no âmbito do governo central quanto no dos governos regionais. Junto com suas estatais, o governo federal gerou um déficit de 2,91% do PIB no período terminado em abril. Até maio, o fluxo negativo das contas federais foi 2,75% do PIB. O déficit dos estados e municípios, por sua vez, com suas estatais, passou de 3,75% para 3,81% do PIB.

Considerando sempre o acumulado em 12 meses, os gastos com juros sobre dívida aumentaram apenas no âmbito federal, onde cresceram de 2,96% para 3,22% do PIB. No âmbito dos governos regionais, houve até uma redução das despesas dessa natureza, de 2,74% para 2,7% do PIB.